



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026 ORIUNDO
DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2026**

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO - RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.613.360/0001-21, com sede na RS/332, no Km 21, nº 3.699, neste município, representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. ALVARO JOSÉ GIACOBBO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Doutor Ricardo - RS.

CONTRATADA: **DV CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.262.951/0001-89, com sede na Rodovia RS 332, nº 3145, no Bairro Centro, no município de Arvorezinha - RS, representada pelo seu sócio administrador **Sr. JOEL BASSO MEOTTI**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 006.056.500-47, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social.

As partes acima identificadas celebram o presente Contrato Administrativo, instruído no Processo Administrativo nº 055/2026, decorrente da Dispensa de Licitação nº 036/2026, com fundamento no Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada no âmbito municipal pelo Decreto Municipal nº 040/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a **prestação de serviços de dedetização, desinsetização e desratização, para atendimento das necessidades das Secretarias do Município, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços.**

1.2 Os serviços serão executados conforme as especificações técnicas constantes no Processo Administrativo e no Termo de Referência, observando-se os seguintes quantitativos e locais de execução:

ITEM	QUANT.	PRODUTOS/MATERIAIS	VALOR POR APLICAÇÃO
01	2 aplicações	LIMPEZA E DESINFECÇÃO de caixa d'água. Escola Municipal Amiguinhos do Coração. 02 (duas) caixas de 1.000 litros.	R\$ 140,00
02	2 aplicações	LIMPEZA E DESINFECÇÃO de caixa d'água. Escola Municipal Olavo Bilac. 02 (duas) caixas de 1.000 litros.	R\$ 140,00
03	2 aplicações	LIMPEZA E DESINFECÇÃO de caixa d'água. Unidade Básica de Saúde. 02 (duas) caixas de 2.000 litros.	R\$ 180,00
04	2 aplicações	LIMPEZA E DESINFECÇÃO de caixa d'água. Centro de Referência de Assistência Social. 02 (duas) caixas de 2.000 litros.	R\$ 180,00
05	2 aplicações	LIMPEZA E DESINFECÇÃO de caixa d'água. Centro Administrativo. 01 (uma) caixa de 500 litros.	R\$ 60,00
06	2 aplicações	LIMPEZA E DESINFECÇÃO de caixa d'água. Ginásio Municipal de Esportes. 02 (duas) caixas de 2.000 litros.	R\$ 180,00
07	2 aplicações	LIMPEZA E DESINFECÇÃO de caixa d'água. Casa do Mel. 01 (uma) caixa de 500 litros.	R\$ 60,00
08	2 aplicações	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E	R\$ 390,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

		DESRATIZAÇÃO feita com produtos de qualidade, registrados no Ministério da Saúde, com o número de registro e químico responsável, com micro pulverização, sendo eficiente no combate a qualquer praga, ou seja, insetos rasteiros tais como: aranhas, baratas, ratos, dentre outros. Escola Municipal Amiguinhos do Coração. Área construída: 741,00 m ² .	
09	2 aplicações	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO feita com produtos de qualidade, registrados no Ministério da Saúde, com o número de registro e químico responsável, com micro pulverização, sendo eficiente no combate a qualquer praga, ou seja, insetos rasteiros tais como: aranhas, baratas, ratos, dentre outros. Escola Municipal Olavo Bilac. Área construída: 1.039,00 m ² .	R\$ 590,00
10	2 aplicações	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO feita com produtos de qualidade, registrados no Ministério da Saúde, com o número de registro e químico responsável, com micro pulverização, sendo eficiente no combate a qualquer praga, ou seja, insetos rasteiros tais como: aranhas, baratas, ratos, dentre outros. Centro Administrativo. Área construída: 695,00 m ² .	R\$ 390,00
11	2 aplicações	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO feita com produtos de qualidade, registrados no Ministério da Saúde, com o número de registro e químico responsável, com micro pulverização, sendo eficiente no combate a qualquer praga, ou seja, insetos rasteiros tais como: aranhas, baratas, ratos, dentre outros. Centro de Referência de Assistência Social. Área construída: 748,00 m ² .	R\$ 390,00
12	2 aplicações	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO feita com produtos de qualidade, registrados no Ministério da Saúde, com o número de registro e químico responsável, com micro pulverização, sendo eficiente no combate a qualquer praga, ou seja, insetos rasteiros tais como: aranhas, baratas, ratos, dentre outros. Casa dei Ricordi. Área construída: 30,00 m ² .	R\$ 290,00
13	2 aplicações	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO feita com produtos de qualidade, registrados no Ministério da Saúde, com o número de registro e químico responsável, com micro pulverização, sendo eficiente no combate a qualquer praga, ou seja, insetos rasteiros tais como: aranhas, baratas, ratos, dentre outros. Casa do Mel. Área construída: 137,00 m ² .	R\$ 290,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

14	2 aplicações	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO feita com produtos de qualidade, registrados no Ministério da Saúde, com o número de registro e químico responsável, com micro pulverização, sendo eficiente no combate a qualquer praga, ou seja, insetos rasteiros tais como: aranhas, baratas, ratos, dentre outros. Ginásio Municipal de Esportes. Área construída: 1.330,00 m ² .	R\$ 590,00
15	2 aplicações	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO feita com produtos de qualidade, registrados no Ministério da Saúde, com o número de registro e químico responsável, com micro pulverização, sendo eficiente no combate a qualquer praga, ou seja, insetos rasteiros tais como: aranhas, baratas, ratos, dentre outros. Unidade Básica de Saúde. Área construída: 706,00 m ² .	R\$ 390,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) A execução do objeto ocorrerá no território do Município de Doutor Ricardo – RS, conforme cronograma e ordens de serviço emitidas pela Administração Municipal, observando-se as necessidades operacionais das Secretarias requisitantes.
- b) As datas das aplicações serão definidas pela Administração Municipal, podendo ser ajustadas conforme a necessidade de cada unidade administrativa, com o objetivo de garantir a manutenção das condições sanitárias adequadas nos prédios públicos.
- c) Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados e habilitados, sob supervisão direta da empresa contratada, observando rigorosamente os procedimentos técnicos recomendados pelos fabricantes dos produtos utilizados e as normas estabelecidas pelos órgãos sanitários e ambientais competentes.
- d) Após a emissão da ordem de serviço pela Secretaria requisitante, a empresa contratada deverá iniciar a execução dos serviços no **prazo máximo de dois dias úteis**, responsabilizando-se integralmente por todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo deslocamento, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas inerentes à prestação dos serviços.
- e) A contratada será responsável pela segurança de seus empregados e de terceiros durante a execução das atividades, devendo cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança, medicina e saúde no trabalho.
- f) Os serviços deverão ser executados em dias e horários previamente autorizados pela Administração Municipal, preferencialmente em períodos que não interfiram no funcionamento das atividades administrativas, podendo ocorrer inclusive em finais de semana ou fora do horário de expediente, quando necessário.
- g) Os profissionais da empresa contratada deverão apresentar-se uniformizados, portando identificação funcional e utilizando obrigatoriamente equipamentos de proteção individual adequados durante a execução dos serviços.
- h) Os produtos utilizados deverão possuir registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme legislação vigente aplicável aos produtos saneantes desinfestantes.
- i) A empresa contratada deverá emitir certificado de execução dos serviços realizados, devidamente assinado pelo responsável técnico, contendo identificação dos produtos utilizados, data da aplicação e período de validade da proteção sanitária.
- j) Caso sejam identificadas irregularidades na execução dos serviços ou resultados insatisfatórios, a Administração poderá determinar a imediata correção ou repetição dos serviços, sem ônus



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

adicional para o Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1 O valor total pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato Administrativo, incluídos todos os encargos, custos diretos e indiretos, inclusive tributos, fretes, contribuições sociais e encargos trabalhistas, é de **R\$ 8.520,00 (oito mil e quinhentos e vinte reais)**.

CLÁUSULA QUARTA - DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do exercício financeiro vigente.

4.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias:

PROJ/ATIV/OE	PROGRAMA DE TRABALHO	CATEGORIA	RECURSO STN	RUBRICA
2011	2	339039	500	77 - 7805
2037	12	339039	500	259 - 7805
2043	12	339039	500	300 - 7805
2069	17	339039	500 - 600 - 621	834 - 7805
2122	24	339039	500	646 - 7805
2060	9	339039	500	399 - 7805

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 A vigência da presente contratação será da data de **05 de maio de 2026 até 31 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, caso haja interesse da Administração.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1 Em caso de prorrogação contratual, o valor poderá ser reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA/IBGE.

6.2 Caso o índice venha a ser extinto, será adotado aquele que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO

7.1 A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta cláusula, podendo haver redimensionamento no pagamento quando a CONTRATADA:

- não produzir os resultados esperados;
- deixar de executar as atividades contratadas;
- executá-las com qualidade inferior à exigida.

7.2 Poderá ser indicada retenção ou glosa no pagamento proporcional à irregularidade verificada.

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

8.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.1.3 A execução do presente Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo **GESTOR, SR. LEODACIR CORNELLI** (Secretário de Administração e Planejamento), e como **FISCAL**, o **SR. SOEMAR SANTIN** (Funcionário Pública Municipal), ou pelos seus respectivos substitutos.

8.1.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.1.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.1.6 A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.1.7 A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.1.8 Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.1.8.1 A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

8.1.9 As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.1.10 A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- b) Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2 São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços fornecidos, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;
- b) Caso a proponente contratada fique impedida de prestar atendimento por motivo de urgência, deverá comunicar antecipadamente o responsável pela Secretaria, garantindo a prestação dos serviços, sem qualquer prejuízo ou ônus a Contratante;
- c) Prestar os serviços de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência;
- d) Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar em defeito na prestação do serviço;
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;
- f) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta assumida com exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- g) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE na prestação dos serviços;
- h) Executar os serviços objeto desta contratação mediante a atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços;
- i) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto;



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

- j) Manter, durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) Não transferir a outrem a execução dos serviços;
- l) Arcar com todas as despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento integral do objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos do Artigo 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratada que:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, entregar o objeto, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município de Doutor Ricardo/RS, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa monetária;
- c) Rescisão de contrato;
- d) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Doutor Ricardo/RS;
- e) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município.

11.3 Será aplicada multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor total corrigido do contrato, por dia de atraso no fornecimento de materiais e serviços.

11.4 Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido do contrato, quando a licitante vencedora:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) Transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da contratante;
- c) Executar o objeto desse certame em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) Desatender às determinações da fiscalização;
- e) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais por meios culposos e/ou dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, encargos sociais, ou previdenciários, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

infração cometida;

f) Não iniciar, sem justa causa, execução dos serviços ou não fornecer os materiais contratados no prazo fixado, estando sua proposta dentro do prazo de validade;

g) Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte os serviços ou fornecimento contratados;

h) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolosamente ou não, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

11.5 A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pela fiscalização à direção do órgão.

11.6 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 03 (três) anos ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7 Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do Artigo 155 da mesma Lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.8 As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do § 1º, Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.9 Quando o objeto do contrato não for entregue no todo ou parcialmente dentro dos prazos estipulados, a suspensão do direito de licitar será automática e perdurará até que seja feita a entrega do objeto do contrato na sua totalidade, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e neste edital.

11.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

11.11 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

11.11.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos nos Artigos 124 ao 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 A rescisão deste contrato se dará nos termos dos Artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

13.2 No procedimento que visa à rescisão do contrato será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

14.1 O presente Contrato fundamenta-se nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, adotada pela municipalidade através do edital do Decreto Municipal nº 040/2023, de 03 de maio de 2023, e vincula-se ao Processo Administrativo, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PAGAMENTO

15.1 A CONTRATADA deverá entregar nota fiscal e/ou fatura correspondente prestação dos serviços.

15.1.1 O pagamento será realizado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente e emissão da Nota Fiscal correspondente a prestação do objeto e de acordo com as especificações do objeto desta licitação.

15.1.2 A atestação da nota fiscal/fatura correspondente, caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

15.1.3 As notas fiscais emitidas pela licitante vencedora deverão estar de acordo com os valores unitários e totais constantes na planilha da proposta, que passa a integrar o presente Edital, independente de transcrição ou anexação.

15.1.4 Os DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA CONTRATADA (pessoa jurídica), deverão constar, obrigatoriamente, no corpo da nota fiscal.

15.1.5 Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta corrente em nome da CONTRATADA.

15.1.6 Para pagamento da nota fiscal ou da fatura, a contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e as Certidões Negativas de Débito (CND) da Fazenda Estadual e Municipal da sede ou domicílio da CONTRATADA.

15.1.7 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

15.1.8 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente qualquer obrigação, sem que isso gere direito de reajustamento de preços, correção monetária ou encargos moratórios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS RETENÇÕES DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NA FONTE

16.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte de acordo com a lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

17.1 As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Artigo 6º da LGPD.

17.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do Artigo 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Artigo 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.5 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1 O resumo deste contrato será encaminhado para divulgação nos prazos constantes nos incisos I e II do Artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Fazem parte integrante deste Contrato, independente da transcrição, a proposta adjudicada pela CONTRATADA, e a totalidade da documentação constante nos autos da Dispensa de Licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Encantado - RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato Administrativo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Doutor Ricardo - RS, 05 de maio de 2026.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO - RS
CONTRATANTE

DV CONTROLE DE PRAGAS LTDA
CONTRATADA

Sebastião Lopes Rosa da Silveira
OAB/RS 25.753

Testemunhas:

1. _____
CPF nº

2. _____
CPF nº